RESENHA

Uma atenta história do comunismo na América do Norte

Dainis Karepovs*

ZUMOFF, Jacob A. *The Communist International and US Communism, 1919 – 1929*. Leiden: Brill, 2014. 443 + XI p. (também há edição em brochura pela Haymarket Books, de Chicago, em 2015, 400 p.)

Palavras-chave: Internacional Comunista; história; século XX; Partido Comunista dos Estados Unidos da América.

167

A Internacional Comunista (IC) – também conhecida como a III Internacional ou pelo seu acrônimo russo como a Comintern – e as suas dezenas de seções nacionais sempre, já desde o período de sua curta existência (1919-1943), foram objeto da atenção de todos aqueles preocupados com a luta social e política dos trabalhadores, historiadores, inclusive.

No entanto, é preciso reconhecer que uma parte significativa desse trabalho submergiu, às vezes injustamente, nas disputas políticas intracomunistas e no “Fla x Flu” da Guerra Fria. Hoje, passado o primeiro momento do turbulento fim da União Soviética e da caótica abertura de seus arquivos, que acabaram gerando uma imensa produção caudatária dos autodenominados “vencedores” da “Guerra Fria”, curiosamente mais preocupada em apontar alegados “espiões”, “assassinos”, e outros tantos adjetivos por eles destinados aos militantes comunistas, para caucionar uma versão histórica a respeito dos “derrotados” pelo “fim da História”, já é possível há algum tempo vislumbrar uma produção historiográfica que nos coloca em contato, de modo mais vívido, com a relação entre as massas trabalhadoras e o movimento resultante da revolução russa de 1917.

Não é fácil superar as amarras arraigadas no imaginário por décadas de cultura massiva imposta pelos centros de poder e mantidas repetidamente até a exaustão pela mídia e transmitidas décadas a fio pelo aparelho educacional. Basta lembrarmos, no caso brasileiro, onde a experiência histórica com a IC, digamos “coletiva” – porque até hoje ela ainda é transmitida nas escolas –, as revoltas militares comunistas de 1935 e que receberam o significativo e nada ingênuo nome de “Intentona Comunista”. Questões como a luta por direitos sociais, como a dos primórdios da organização de segmentos sociais – dos trabalhadores do campo, das mulheres, da juventude, por exemplo –, como a participação política dos trabalhadores nas

* Mestre e doutor em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e pós-doutor em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Coautor de *Na Contracorrente da História* (Sundermann, 2015) e autor de *A Classe Operária vai ao Parlamento: O Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930)* (Alameda, 2006) e *Pas de Politique Mariô! Mario Pedrosa e a Política* (no prelo, Ateliê; Editora da Fundação Perseu Abramo).

eleições e no Parlamento, que pouco ou nunca haviam sido intentadas, no mundo do trabalho, de forma contínua e organizada em terras brasileiras antes dos comunistas, desaparecem diante da “Intentona”. É evidente que o fenômeno do chamado stalinismo também não deve ser esquecido aqui em suas deletérias consequências, sobretudo pela submissão dos interesses dos trabalhadores de todo o planeta frente aos do Estado soviético e, como consequência, pela sua política de subordinação e colaboração com a burguesia internacional.

Enfim, dentre essa nova produção preocupada em enxergar o que ocorria no interior desse movimento está a obra de Jacob Zumoff, a qual resultou de uma pesquisa de cerca de duas décadas, iniciada ainda na graduação do autor, e que se desenvolveu ao longo desses vinte anos em várias das prestigiadas universidades pela quais ele passou ao longo desse período.

Trata-se, como ele mesmo afirma, de uma história política da primeira década de atuação do Partido Comunista norte-americano, feita principalmente com base na imensa documentação existente nos arquivos do Arquivo Estatal Russo de História Social e Política (RGASPI, na sigla russa)¹ e complementada pela documentação do Instituto Tamiment, instituição nova-iorquina que reúne acervos de antigos militantes comunistas norte-americanos. *The Communist International and US Communism, 1919 – 1929* tem como foco a relação entre a IC e o Partido Comunista dos Estados Unidos – PCEUA.² O livro centra-se na década que vai de 1919, quando o PCEUA foi fundado, até as vésperas da Grande Depressão, em 1929.

É uma obra que dialoga, e as supera, com antigas referências dos historiadores sobre o primeiro período de existência do comunismo norte-americano: *The Roots of American Communism* (1957) e *American Communism and Soviet Russia* (1960), ambas de autoria do ex-jornalista do diário do Partido Comunista norte-americano (*Daily Worker*) Theodore Draper (1912-2006). Nelas, Draper destacava o que julgou o fator essencial do comunismo nos Estados Unidos: sua subserviência aos interesses da Rússia soviética. Mas, como enfatiza Zumoff, isso impediu Draper de enxergar, de um lado, a atuação da IC para fazer com o que PCEUA buscasse dialogar e atuar na política americana e, de outro, a degeneração da União Soviética e, portanto, não ter a devida compreensão do fenômeno do stalinismo. Depois disso, como destaca Zumoff, a ênfase nos trabalhos sobre o comunismo norte-americano e suas relações com a IC sempre coube ao período subsequente, dos anos 1930-1940, onde a hegemonia de J. Stalin e seu grupo, tanto na União Soviética como na IC, era completa e inquestionável. Mesmo que, na historiografia dos anos 1970 e 1980, ao colocar a história política de lado, houvesse um expressivo momento de busca de novos enfoques (acontecimentos locais, etnia, casamento e família, amizade e outros fatores sociais e culturais), a então chamada “Nova Esquerda” revisionista ignorou de modo geral os anos 1920, além de deixar em segundo plano as “realidades da dominação soviética” sobre o PC norte-americano, mesmo que houvesse certo acordo de fundo com a tese sobre o papel da União Soviética. A “Nova Esquerda” revisionista viu-se suceder pela retomada dos

1 O Fundo 515, localização da documentação referente ao Partido Comunista norte-americano (PCEUA), cobrindo o período de 1919 a 1943, está microfilmado em 325 rolos. Como elemento comparativo, o Fundo 495, referente à seção brasileira da IC, o Partido Comunista do Brasil (PCB), abrangendo o período de 1922 a 1938, possui nove rolos e mais um, de 1939, referente aos combatentes brasileiros das brigadas internacionais na guerra civil espanhola.

2 Depois de chamar-se *Workers' Party* (Partido dos Trabalhadores) e *Workers' (Communist) Party* (Partido (Comunista) dos Trabalhadores) é somente em 1929 que adota o nome de Partido Comunista dos Estados Unidos da América (PCEUA). Como o autor, adotaremos aqui, anacronicamente, esta última como a denominação para toda a década de 1920.

estudos sobre o comunismo norte-americano na ênfase de Draper, ou seja, das relações subordinadas com Moscou. Nesse momento, curiosamente, um dos grandes expoentes dessa continuidade da “escola tradicionalista” foi Harvey Klehr, a quem Draper entregou todo seu material de pesquisa utilizado em seus dois já citados livros. Depois do fim da União Soviética, essa corrente historiográfica “tradicionalista”, fazendo uso da documentação proveniente dos arquivos da IC, teve uma intensa produção, veiculada especialmente pela série *Annals of Communism*, publicada pela *Yale University Press*, na qual, mesmo na publicação de documentos dos arquivos soviéticos, não conseguia descolar-se dos parâmetros da chamada “Guerra Fria”, descambando ao paroxismo de tentar demonstrar que os comunistas não passavam de “espiões soviéticos”. Nesse momento surge uma nova corrente historiográfica que se contrapõe aos “tradicionalistas” e aos “revisionistas”, e que buscava transcender o “foco estreito” sobre o partido e seus membros com vistas a incorporar a história do PCEUA na vida e na cultura dos Estados Unidos. Havia um foco predominante em boa parte de seus trabalhos na cultura, porém em detrimento da política, o que conduzia, paradoxalmente, a certa despolitização do comunismo, obscurecendo uma ampla história do partido e de sua importância na história americana.

O trabalho de Zumoff, por ele mesmo classificado de história política e não de história social, contrapõe-se a esse legado que o antecedeu ao rejeitar como premissa a predominância, nos primeiros anos de vida do PCEUA, da condução da IC sobre a atuação dos comunistas norte-americanos. Ao contrário, o autor enfatiza em sua obra como a IC insistiu para que eles buscassem seu próprio caminho na participação da vida política americana, o que Zumoff chama de “americanização”. Para Zumoff, as posições da IC prevaletentes em seus primeiros anos de existência (“ênfase na luta de classes e na independência de classe ao invés do oportunismo e da colaboração de classes” (p. 5), antes de ocorrer a ascensão da corrente de J. Stalin, eram válidas universalmente para os revolucionários de todos os quadrantes. Enfim, isso traduzia para o autor que forjar um “Partido Bolchevique nos Estados Unidos não significava transplantar integralmente a experiência russa para a América” (p. 6).

Com base na imensa documentação de que fez uso, Zumoff traça um cuidadoso e detalhado panorama da atuação dos comunistas nos Estados Unidos, sempre o fazendo caminhar em paralelo com a atuação da IC e a conjuntura política norte-americana, como forma de ressaltar as questões predominantes que levaram a esse ou àquele caminho por parte do PCEUA durante os anos 1920, evitando a queda nas usuais armadilhas de buscar explicações externas aos eventos.

Esse cuidadoso trabalho torna-se indubitavelmente referência àqueles que buscam apreender a ação dos comunistas norte-americanos em seus primeiros dez anos, período em que o PCEUA passou de um agrupamento dedicado à busca da construção de um partido revolucionário a uma espécie de partido socialdemocrata que procurava pressionar o governo americano em defesa dos interesses do governo soviético, postura essa que se tornou muito clara, durante os anos 1930, no período frentepopulista da história do comunismo internacional. Zumoff mostra o peso, nessa transformação, da grande centralização e controle do aparato da IC, o qual, por sua vez, como enfatiza o autor, também sofreu as inflexões da sua dominação por parte do grupo de Stalin. Este passou a orientar, em meados dos anos 1920, um curso esquerdista à IC, que se iniciou com a chamada “bolchevização” para desembocar no chamado “terceiro período”, momento em que se consolidaram diversos elementos do arsenal stalinista, como o “social-fascismo”,

a “radicalização das massas”, e, claro, o “socialismo em um só país”, matriz fundamental dos novos dirigentes do comunismo internacional.

Em vários momentos Zumoff ressalta as diferenças com respeito à forma com que a direção da IC atuava sobre a sua seção norte-americana. Ao invés da maneira impositiva com que se caracterizava essa relação no período stalinista, nos primeiros anos de vida da IC e do PCEUA os dirigentes de Moscou insistiam, por meio do diálogo, em apresentar seu ponto de vista. Nas palavras de Zumoff: “Apesar de não pretender que o início da Comintern fosse perfeito e transformasse tudo o que tocava em ouro, o presente estudo analisa a mudança na intervenção da Comintern ao longo do tempo – a stalinização da própria Comintern” (p. 14).

Marcante nesse aspecto é o capítulo em que Zumoff dedica à discussão a respeito da atuação legal dos comunistas americanos, um tema que, à primeira vista, poderia criar uma sensação de paroxismo em relação ao senso comum criado de enxergar a IC e os partidos comunistas como instituições supostamente voltadas ao “mundo das sombras”.

O PCEUA, como expressiva parte dos partidos comunistas pelo mundo após a revolução russa de 1917, formou-se a partir de cisões à esquerda em três principais grupos. Em dois deles ocorreram vertentes distintas à esquerda do campo socialista que se opuseram ao chauvinismo dos socialistas frente à I Grande Guerra Mundial: o *Socialist Labor Party* (Partido Socialista do Trabalho, o qual chegou a enviar um representante ao congresso da fundação da IC, em 1919) e o *Socialist Party* (Partido Socialista). Os comunistas também atraíram para suas fileiras uma parte mais radicalizada do movimento sindical, reunida especialmente em torno dos *International Workers of the World* (IWW - Trabalhadores Internacionais do Mundo). Esses grupos formaram dois partidos que solicitaram sua filiação à IC: o *Communist Party of America*, o maior deles, e com grande predominância de imigrantes do Leste Europeu, e o *Communist Labor Party*, composto com maior número de nascidos nos Estados Unidos e de estrangeiros de fala inglesa. Ambos participam do II Congresso da IC, em 1920, e somente se unificaram no ano seguinte, com a decisiva intermediação da Internacional, no Partido Comunista.

Nesse meio tempo, como consequência do chamado *Red Scare* (Perigo Vermelho), a violenta repressão contra os trabalhadores e suas organizações ocorrida entre 1919 e 1920, que levou a milhares de prisões, condenações e expulsões de estrangeiros, criou, nas fileiras comunistas, a convicção da impossibilidade do trabalho legal. Tal postura resultou na existência de dois partidos comunistas: o ilegal e o legal (*Workers' Party*), este fundado no final de 1921. Ambos eram chamados, curiosamente, na linguagem cifrada dos comunistas de “Número 1” e “Número 2”, respectivamente.

No ano de 1921, durante os trabalhos do III Congresso da IC, preocupados com o comunismo norte-americano, que consideravam dominado pelo esquerdismo e pelo sectarismo, os principais líderes da Internacional promoveram várias reuniões com a delegação norte-americana. Lênin, em especial, insistiu com os delegados norte-americanos para que não se desperdiçassem as oportunidades de luta e afirmou que considerava absolutamente necessário nos Estados Unidos um partido legal, acompanhado de um diário nacional. Como anedota, Zumoff conta que, durante uma dessas reuniões, um delegado norte-americano de origem alemã perguntou a Lênin se deveria falar em alemão. A resposta do dirigente russo foi a de que ele deveria se expressar na língua do partido que ele representava, o que significava para Lênin um sinal de liderança. Era, mais que isso, uma forma de chamar a atenção para questão da “americanização” do partido, que

trazia atrás dela a questão da legalidade. Afinal, não era mera coincidência que os maiores defensores da atuação predominantemente ilegal dos comunistas viessem daquele segmento cuja maioria era composta por imigrantes que atuavam nas organizações trabalhistas idiomáticas, as quais, de fato, eram as mais visadas pela repressão.

Os debates entre as facções em torno da questão da legalidade (divididos entre “gansos”, que defendiam a manutenção de um partido ilegal, e os “liquidacionistas”, que propunham o fim do partido ilegal) e a direção da IC duraram um bom tempo e acabaram formalmente – depois do decisivo apoio de Trotsky durante as discussões sobre a questão americana realizadas durante o IV Congresso da IC, em 1922, à posição dos “liquidacionistas” – na III Convenção Nacional dos comunistas norte-americanos, ocorrida em abril de 1923, quando se sacramentou que “o *Workers’ Party of America* torne-se imediatamente um Partido Comunista aberto [legal]” e as facções “gansos” e “liquidacionistas” foram dissolvidas. Como afirma Zumoff, esse longo debate a respeito da questão da legalidade demonstra que naqueles momentos iniciais da IC “Trotsky e o restante da liderança da Comintern não faziam declarações do Monte Olimpo, mas encaminharam uma política somente após intensa discussão com a liderança do Partido americano” (p. 73).

O trabalho de Zumoff prossegue, por meio do exame de vários outros episódios do trabalho do PCEUA, do seu trabalho nos sindicatos de massa, do seu relacionamento com o *Farmer-Labor Party* (Partido Operário Camponês³), do apoio à candidatura liberal de Robert La Follette; a questão da bolchevização, as lutas de facções e um excelente exame sobre a chamada “questão negra”. Nesta última, aliás, o autor mostra como uma questão que se introduziu na pauta dos comunistas norte-americanos depois de muita insistência e debate por parte da direção da IC, e acabou sendo marcante na história do PCEUA, terminou, como consequência da política do “Terceiro Período”, implantada pelo grupo de Stalin, na determinação de que os afro-americanos, considerados como uma nação oprimida, deveriam ter direito à independência e autodeterminação! Curiosamente, os comunistas brasileiros, em sua I Conferência Nacional, ocorrida em agosto de 1934, chegaram praticamente ao mesmo resultado, quando traçaram uma espécie de “mapa” do Brasil após uma futura revolução, na qual destinaram uma parte do Nordeste a uma “República Socialista Soviética” a ser ocupada pelos negros brasileiros. Aqui, tanto no caso norte-americano como no brasileiro, ignorava-se que, na verdade, se tratava de opressão como raça e não como nacionalidade. Mas, enfim, como afirma Zumoff, esta e outras questões impõem-se para outro livro, a tratar das consequências e ações produzidas pela mudança qualitativa operada na IC no final da segunda metade dos anos 1920: “Em vez de oferecer uma orientação política e tentar convencer os comunistas dissidentes, a Comintern insistiu em ‘subordinação’ e ‘lealdade’, e ameaçou com severa disciplina aqueles que não se submetessem” (p. 250).

Trata-se, enfim, de uma obra que já se pode considerar como referência para a história do PCEUA e da própria IC em sua primeira década de ação, levando à compreensão dos caminhos trilhados pelos comunistas em períodos posteriores.

Recebido em 18/10/2016

Aprovado em 18/10/2016

3 Aqui se trata de uma tradução livre e referenciada em iniciativas semelhantes da mesma época em outras partes do mundo.